



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 4ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura - Destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Marcos Flávio Lucas Padula

1.2 - Reuniões de Comissões

### 2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

### 3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

### 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 - ERRATAS



## ATAS

### ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/4/2015

#### Presidência do Deputado Antônio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Exibição de Vídeo - Palavras do Presidente - Entrega de Título - Palavras do Sr. Marcos Flávio Lucas Padula - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento - Ordem do Dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os deputados:  
Antônio Carlos Arantes - João Alberto - João Leite.

#### Abertura

O presidente (deputado Antônio Carlos Arantes) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao juiz de direito titular da Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, Sr. Marcos Flávio Lucas Padula, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do deputado Antônio Carlos Arantes, pelo governador do Estado, por meio do Decreto NE nº 152, de 11/4/2014.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Marcos Flávio Lucas Padula, juiz de direito titular da Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte; Herbert José Almeida Carneiro, presidente da Associação de Magistrados Mineiros - Amagis; desembargador Tarcísio Martins Costa, presidente de honra da Associação Brasileira dos Juizes da Infância e da Juventude; e desembargador Wagner Wilson Ferreira; a Exma. Sra. Maria de Lourdes Rodrigues Santa Gema, promotora de justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte; e o Exmo. Sr. Professor Wendel Mesquita, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte.



### **Execução do Hino Nacional**

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra Jovem do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com a participação do saxofonista Sd. Tiago Ramos, da Academia Musical Orquestra Show da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Registramos mensagem do vice-prefeito de Belo Horizonte, Sr. Délio Malheiros, parabenizando o homenageado, Sr. Marcos Flávio Lucas Padula.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor - Neste momento, convidamos os presentes para assistirmos a um vídeo.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor - Com a palavra, o deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### **Palavras do Presidente**

Exmo. Sr. Marcos Flávio Lucas Padula, juiz de direito titular da Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, nosso homenageado. Gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Herbert José Almeida Carneiro, presidente da Amagis; a Exma. Sra. Maria de Lourdes Rodrigues Santa Gema, promotora de justiça da Infância e da Juventude Cível de Belo Horizonte; o Exmo. Sr. Tarcísio Martins Costa, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e presidente de honra da Associação Brasileira dos Juizes da Infância e da Juventude; o Exmo. Sr. Wagner Wilson Ferreira, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; e o Exmo. Sr. Prof. Wendel Mesquita, vereador de Belo Horizonte. Cumprimento também a esposa do homenageado, Sra. Maria de Lourdes de Padula. Cumprimento a Orquestra Jovem do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, muito bacana, na pessoa do saxofonista Sd. Tiago Ramos, da Academia Musical Orquestra Show da PMMG. Cumprimento todos os familiares, o Dr. Marcos, todas as autoridades presentes, as senhoras, os senhores. É uma grande satisfação poder estar aqui, neste momento, homenageando uma pessoa tão importante como o Dr. Marcos Padula. Boa noite a todos e a todas.

É uma honra participar desta justa homenagem concedida ao querido amigo Dr. Marcos Flávio Padula. Por esta ser uma noite especial, provoca em todos nós uma reflexão sobre a nobreza de um caráter marcado pela simplicidade e pela humildade.

Para ilustrar um pouco do que penso sobre o Dr. Marcos, gostaria de compartilhar com vocês uma simples, mas muito ilustrativa história: um rei seguia pela estrada com sua comitiva, quando viu um homem velho plantando uma árvore. Achou aquela atitude muito estranha, já que a árvore demoraria a crescer e, quando pudesse dar frutos, o velho, na certa, não estaria mais lá para aproveitar. Então o rei perguntou ao velho plantador de árvores por que insistia numa tarefa tão inútil, ao que o homem respondeu: “Fico feliz em plantar, mesmo não sendo eu quem vai colher. Não estamos aproveitando hoje as árvores que foram plantadas há muitos anos? O plantar é o que importa, não o colher”. O rei considerou sábia a atitude do homem e, comovido, entregou um saco com muitas moedas de ouro como prêmio à sabedoria do plantador de árvores. E ele agradeceu assim: “Viu como são as coisas? Eu mal acabei de plantar e já estou colhendo frutos valiosos”. Moral da história: o plantio é opcional, mas a colheita é obrigatória. Por isso é preciso plantar com todo cuidado.

Isto é o que alguém como o Dr. Marcos Padula, que trabalha incansavelmente para melhorar a vida de centenas de crianças e adolescentes, faz. Ele está, com certeza, plantando frutos que serão colhidos no futuro. Como já são 20 anos dedicados à Vara Cível da Infância e da Juventude, crianças que foram atendidas pelo Dr. Marcos Padula no passado são hoje adultos, ou seja, a sociedade já está colhendo os frutos desse trabalho abnegado. E as próximas gerações também vão colher esses frutos. Pessoas humildes, porém comprometidas, são assim mesmo: deixam frutos por onde passam. Portanto, Dr. Marcos, nós, mineiros, só temos a agradecer sua generosidade de estar conosco há tanto tempo fazendo toda a diferença na nossa história, na história dessas crianças e adolescentes, na história dessas famílias.

Gostaria de complementar ainda a nossa fala dizendo que, por intermédio de amigos, conheci o Dr. Marcos Padula. Diante das informações, vi que realmente era uma pessoa diferenciada e que merecia essa justa homenagem. Confesso que, a partir dali, passamos a ter vários contatos. Dr. Marcos, percebi então que o que haviam falado da sua pessoa, do seu trabalho era só parte, pois, na realidade, era muito mais. Confesso que vejo no senhor uma pessoa muito acima do que tinham me falado, principalmente por sua humildade. O senhor sabe até do que estou falando, pois tem um lado familiar acima do normal. Ser um chefe de família exemplar muitas pessoas podem ser, mas não sei a palavra que é acima do exemplar, a palavra que traduz o que vejo no Dr. Marcos. Realmente, ele é o homem certo, no trabalho certo, na família certa.

Então, Dr. Marcos, que Deus lhe dê força e coragem para seguir sendo esse homem de tanto valor. Que Deus proteja o senhor, a toda a sua família e a todas as pessoas que o rodeiam. Muito obrigado.

### **Entrega de Título**

O locutor - Neste momento, o deputado Antônio Carlos Arantes, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao juiz de direito titular da Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, Sr. Marcos Flávio Lucas Padula, passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: “O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, nos termos do decreto de 11/4/2014, concede ao Sr. Marcos Flávio Lucas Padula o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento pela sua dedicação à infância e à juventude mineira”.

- Procede-se à entrega do título.

### **Palavras do Sr. Marcos Flávio Lucas Padula**

Boa noite a todos. Exmo. Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que solicitou a concessão desse título e que, neste ato, representa o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes; Exmo.



Desembargador Herbert José Almeida Carneiro, presidente da Associação de Magistrados Mineiros - Amagis; Exmo. Desembargador Tarcísio Martins Costa, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e presidente de honra da Associação Brasileira dos Juizes da Infância e da Juventude; Exmo. Desembargador Wagner Wilson Ferreira, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, presidente da Coordenadoria da Infância e da Juventude - Coinj; Exma. Sra. Maria de Lourdes Rodrigues Santa Gema, promotora de justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte; Exmo. Vereador Professor Wendel, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; minha esposa Lourdinha, companheira de mais de 25 anos, quase meu tempo de magistratura; querida filha Veridiana, que reside no exterior e não pôde estar presente por motivos profissionais e de distância, mas que neste momento nos acompanha neste evento pela internet; queridos pais Domingos e Edeli; queridos irmãos e irmãs, Cecília, Valéria, Glauco, Marcelo e Márcio; queridas cunhadas e cunhados, Ilda e Débora, Miguel e Ricardo; queridos sobrinhos, Leonardo, João, Manuela e Bernardo; prezados servidores da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte; prezados advogados, especialmente os que militam na Vara da Infância e da Juventude; prezados servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; demais autoridades presentes; caros amigos e amigas; boa noite.

Gostaria de iniciar minha manifestação com algumas frases do incomparável escritor mineiro João Guimarães Rosa, que mais que escritor é um filósofo. “O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e, daí, afrouxa, sossega e, depois, desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. Afinal há é que ter paciência, dar tempo ao tempo. Já devíamos ter aprendido, de uma vez para sempre, que o destino tem de fazer muitos rodeios para chegar a qualquer parte. Tudo, aliás, é a ponta de um mistério, inclusive os fatos, ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo.”

Inicialmente, gostaria de manifestar, de forma expressa, a grande honra que sinto em receber esse título de Cidadania Honorária de Minas Gerais. Por ocasião da minha manifestação na cerimônia de recebimento da cidadania da capital mineira, apresentei a minha firme convicção de que, de forma invisível e até mesmo misteriosa, não só estamos todos vinculados e somos dependentes uns dos outros, mas também a nossa própria essência é formada por nossas relações, e encontramos no outro a nossa razão de ser. Como comentei, nenhum homem é uma ilha. Hoje posso afirmar, com toda certeza, que boa parte da minha essência foi formada por Minas Gerais.

Como dizia outro grande mineiro, Otto Lara Resende, jornalista e escritor: “Ultimamente, passaram-se muitos anos”. Esse é o peso da idade. Hoje estou com 52 anos de idade, dos quais 26 foram passados em Minas Gerais. Posso dizer com certeza que pelo menos metade do que sou, ou talvez mais da metade, não apenas como profissional, mas também como pessoa, se deve à minha vivência em Minas Gerais. A minha realização vocacional como juiz de direito se deve às Minas Gerais. Se hoje recebo essa homenagem pelos serviços prestados às alterosas, devo dizer que apenas retribuo a oportunidade que este Estado me concedeu de crescimento profissional e espiritual.

Reconheço a importância da formação familiar e acadêmica que tive nos meus primeiros anos de vida em São Paulo, mas, se essa formação que tive de meus pais e mestres pôde produzir frutos, isso se deu graças aos caminhos que me foram abertos em Minas Gerais.

Ao final do meu curso acadêmico de direito, tomado por dúvidas quanto à minha vocação, realizei uma viagem, diria, de autodescoberta, ou de peregrinação, às cidades históricas. Em Ouro Preto, por um acaso do destino, conversei com um desembargador, que me esclareceu de forma muito simples as minhas dúvidas. Após, decidi por tentar a carreira da magistratura. Logo em seguida, quando voltei da viagem, a primeira coisa que vi foi o anúncio do concurso em Minas. Um ano depois, eu já estava morando em Minas Gerais, iniciando o meu trabalho na pequena cidade de Guapé, na região de Furnas. Depois moramos em Paraisópolis, Sul de Minas, em seguida, em Uberaba e, por fim, fui promovido, em 2002, para a capital, como auxiliar da então Vara Única da Infância e da Juventude, como pupilo do desembargador Tarcísio Martins Costa, que me iniciou nas dificuldades e nas agruras do juiz da infância e da juventude. Dois anos após, assumi a então vara única, que depois foi desmembrada em Vara Cível da Infância e da Juventude e Vara Infancional da Infância e da Juventude.

Sinto orgulho de pertencer, de certa forma e, é claro, de modo modesto, ao famoso café com leite, ou seja, ao destino entrelaçado de Minas Gerais e São Paulo, tão relevante para o Brasil, desde a República Velha até momentos mais recentes de nossa história.

É verdade que, no passado, em alguns momentos históricos, os caminhos de São Paulo e Minas Gerais nem sempre se coadunaram, mas isso não diminui a importância dos dois estados. Porém, no presente, ambos os estados estiveram juntos e firmes à frente do movimento de retorno à democracia, obra de dois grandes homens públicos: Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, este conterrâneo da cidade de meu pai, Rio Claro.

Minas é a terra da liberdade, e, em grande parte, é essa a lição que se aprende na terra das montanhas. Mas não podemos nos esquecer também de que na bandeira de Minas, junto à cor vermelha do ideal revolucionário, há o triângulo, que simboliza o Espírito Santo, ou seja, junto ao ideal da liberdade vem também a religiosidade e a espiritualidade, o que traz em si um senso de percepção da profundidade da vida.

Essa espiritualidade foi, sem dúvida, testada nos longos anos de magistratura, mas principalmente nos anos de Justiça da Infância e da Juventude. Dos 25 anos de juiz, quase 20 foram vividos na Justiça da Infância e da Juventude, desde 1995, em Uberaba, e, a partir de 2002, na capital. Embora por muitos considerado um cargo sacrificado e desgastante - e de fato é -, também proporciona satisfação e alegria quase impossível de se explicar. Quando conseguimos mudar o destino de uma criança, é uma felicidade. Quem trabalha na Infância sabe do que estou falando, é algo que não tem comparação. E testa constantemente a nossa coragem e paciência, como dizia Guimarães Rosa. Coragem para enfrentar e lutar por tudo que podemos mudar e melhorar, e paciência para aceitar o que não podemos modificar. É claro que também discernimento, para saber a diferença das duas situações.

Todo cargo público gera responsabilidade, mas acredito que decidir a vida de uma criança nos faz sentir como poucos o peso da responsabilidade e de como a liberdade deve ser sempre sopesada com a espiritualidade e conduzida com coragem e paciência. É estranho, depois de tantas lutas pelo bem-estar e recuperação das famílias, principalmente das famílias carentes, e pela acolhida de crianças por meio da adoção, que hoje eu esteja sendo acolhido também como filho adotivo de Minas Gerais.



Na pessoa do deputado Antônio Carlos Arantes, gostaria de agradecer a todos os digníssimos parlamentares desta colenda Casa Legislativa, legítima representante do povo de Minas Gerais, a grande honra de me tornar esse filho adotivo das Minas Gerais.

Por questões familiares, eu e minha esposa tivemos a felicidade de conhecer e de conviver com o deputado Antônio Carlos Arantes e sua família, pessoa de grande sensibilidade e religiosidade; pessoa equilibrada e ligada de coração à vida simples e autêntica do campo. Acima de tudo, possui disponibilidade de ouvir o próximo e se envolve de forma sincera e comprometida com todos aqueles que procuram sua ajuda. Posso testemunhar isso pela minha vivência pessoal. Acho que, se tivesse de nomear uma pessoa que representasse mais fielmente a nobreza do mineiro, é logo o nome do deputado Antônio Carlos Arantes que me vem à mente.

O que posso mais dizer? Claro que nunca poderei dizer ser totalmente mineiro, pois, evidentemente, tenho minhas origens. Essa dignidade cabe àqueles nascidos nas Alterosas. Contudo, posso ao menos almejar e compartilhar as qualidades que vi, vivi e que espero possa ter aprendido algumas delas, pelo menos.

O sentimento de vida interior, a simplicidade, a humildade e a hospitalidade - o receber na cozinha, o lugar mais acolhedor da casa; a vontade de agradar, mas esquivar-se para evitar agrados; a alegria de estar junto à natureza - o pôr do sol atrás das montanhas, o canto do bem-te-vi anunciando mais um dia; o apreciar os prazeres simples, a boa comida, em especial a deliciosa culinária mineira - comer o pão de queijo verdadeiro, de polvilho mesmo, saído do forno e beber café feito na hora, disso, como todo mundo sabe, realmente faço questão; é saber ser persistente, sem nunca ser prepotente; é levar a vida sem pressa de chegar, pois o que vale mesmo é a viagem; é olhar a vida com mais amor; é gostar de Minas, tão longe do mar, mas pertinho do céu.

Ser mineiro é falar “Ô trem bão danado sô! Brigado proceis todos”. Viva para Minas Gerais! Viva para a liberdade!

O locutor - Com a palavra, o deputado Antônio Carlos Arantes, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes.

### Palavras do Presidente

Só fazendo uma justificativa: o vídeo que foi passado é da filha Veridiana, do Dr. Marcos. Ele foi pego de surpresa, não sabia - não é, doutor? E, como não foi anunciado o nome, quero dizer que se tratava da sua filha Veridiana, que reside na Alemanha e não pôde estar presente.

Exmo. Sr. Marcos Flávio Lucas Padula, juiz de direito titular da Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, a homenagem que hoje lhe prestamos, juiz que tem se notabilizado pela total dedicação à causa da infância e da juventude em Minas Gerais, representa o merecido reconhecimento a uma carreira jurídica edificada sobre o trabalho, o estudo e a ética.

Ao vir militar na Justiça mineira, o cidadão paulistano, formado no Largo de São Francisco, optou por servir à Justiça e à sociedade, numa trajetória de grande fidelidade à sua vocação, à sua competência e à sua vasta cultura humanista. Ao longo dos últimos anos, várias cidades puderam desfrutar de sua presença atuante em suas comarcas, como Guapé, Paraisópolis e Uberaba. Nelas também se manifestou seu interesse pelo magistério, como professor de ensino médio ou universitário.

Exemplo de cidadão voltado para a realização do bem comum, soube mostrar como o juiz é um importante ator no jogo social, logo se identificando com as difíceis questões envolvendo nossa juventude e nossas famílias num mundo cada vez mais conturbado e pressionado por crescentes transformações dos costumes. Ser humano de grandes qualidades, apontadas pelos que trabalham ou trabalharam a seu lado, é também o pai amoroso de Veridiana, que hoje reside na Alemanha, e o marido atencioso de Maria de Lourdes, servidora pública recentemente aposentada.

Antes de vir para o nosso convívio, esse torcedor e sócio do Palmeiras - o Palmeiras também é Palestra Itália, como o Cruzeiro - frequentou o Liceu Pasteur, tradicional escola franco-brasileira da capital paulista, o que o levaria a se graduar em francês pela Universidade de Nancy, ainda muito jovem.

O poliglota, que domina quatro idiomas, começou em sua cidade natal seu aprendizado do direito como estagiário do escritório Pinheiro Neto Advogados. Em 1989, prestou o concurso que lhe valeu o ingresso na magistratura mineira e, há mais de 25 anos, vem nos brindando, no exercício de sua jurisdição, com produtividade e zelo profissional, ao qual não faltam coragem, disposição e sensibilidade social.

Marcos Padula, ao se inserir tão profundamente em nossa vida coletiva, tornou-se, de coração, um mineiro, hoje reconhecido como Cidadão Honorário por este Parlamento que representa todo o povo do Estado. Esse é um título que certamente dignifica toda a nossa magistratura, por ter em seus quadros um profissional de tão raro valor. Parabéns, portanto, Dr. Marcos Padula, por ter se distinguido nesta terra pelo exemplo de seu trabalho, de seu espírito democrático e de suas preocupações de tamanho alcance social. Muito obrigado.

### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Orquestra Jovem e o Coral Infantojuvenil do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Os projetos de formação da Orquestra Jovem e do Coral Infantojuvenil do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais visam ampliar o repertório de possibilidades de exercício dos direitos de crianças e adolescentes em geral, especialmente as que vivenciam situações de vulnerabilidade social e/ou sejam vítimas de violência e estão acolhidas institucionalmente. Atualmente, esses projetos atendem cerca de 170 crianças e adolescentes, com aulas gratuitas e semanais de violino, viola, violoncelo, contrabaixo acústico, canto, expressão corporal e prática orquestral.

Serão apresentadas as seguintes músicas: *Quatro momentos nº 3 - Marcha*, de Ernani Aguiar; e, com arranjos de Luciene Villani, *Eleanor Rigby*, dos Beatles; *Canção da América*, de Milton Nascimento; e *O trenzinho do caipira*, de Villa Lobos, com letra de Ferreira Gullar.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Parabéns. Belíssima apresentação da Orquestra Jovem e do Coral Infantojuvenil do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Emocionante.



### Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos seus agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de quarta-feira, dia 22, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 18/4/2015.). Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/3/2015**

Às 14h16min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e suspende os trabalhos. Às 15h1min, são reabertos os trabalhos. Está presente, também, o deputado Agostinho Patrus Filho. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 8/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: deputado Arnaldo Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente - Felipe Attiê - Thiago Cota - Cristiano Silveira.

### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2015**

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira, Rogério Correia (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e Wander Borges (substituindo o deputado Duarte Bechir, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 944/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para que seja elaborado projeto de lei para criação de um conselho estadual destinado a garantir e defender direitos iguais a lésbicas, gays, bissexuais e transexuais;

nº 945/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao Juízo da Vara Única da Comarca de Turmalina o trecho das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão em que consta o relato de Maria de Jesus Luiz de Azevedo acerca dos fatos relativos à ação de reintegração de posse em que figuram como autores Antônio Luiz de Azevedo e outros e como ré a Acesita S.A. (Processo nº 0006148-29.2006.8.13.0697/0697.06.000614-8);

nº 946/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para averiguação de eventuais irregularidades em procedimentos realizados na Santa Casa de Misericórdia de Barbacena e cópias do trecho das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão em que consta o relato de José Maria Leite e da documentação entregue a esta comissão, ambos referentes às mencionadas denúncias;

nº 951/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita sejam encaminhados ao Ministério da Saúde pedido de providências para averiguação de eventuais irregularidades em procedimentos realizados na Santa Casa de Misericórdia de Barbacena e cópias do trecho das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão em que consta o relato de José Maria Leite e da documentação entregue a esta comissão, ambos referentes às mencionadas denúncias;

nº 955/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita sejam encaminhados ao Ministério da Saúde pedido de providências para averiguação de eventuais irregularidades em procedimentos realizados na Santa Casa de Misericórdia de Barbacena e cópias do trecho das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão em que consta o relato de José Maria Leite e da documentação entregue a esta comissão, ambos referentes às mencionadas denúncias;

nº 957/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita sejam encaminhados ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o andamento ou as conclusões do Inquérito Civil nº 0056.06.000021-5, instaurado em 2006 pela Promotoria de Justiça de Defesa de Saúde e Patrimônio Público da Comarca de Barbacena com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades em procedimentos realizados na Santa Casa de Misericórdia de Barbacena, e cópias do trecho das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão em que consta o relato de José Maria Leite e da documentação entregue a esta comissão, ambos referentes às mencionadas denúncias;

nº 959/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao procurador da república em Minas Gerais pedido de informações sobre o andamento ou as conclusões do Inquérito Civil nº 1.22.000.002282/2005/80, instaurado pela Procuradoria da República em São João del-Rei com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades em procedimentos realizados na Santa Casa



de Misericórdia de Barbacena, e cópias do trecho das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão em que consta o relato de José Maria Leite e da documentação entregue a esta comissão, ambos referentes às mencionadas denúncias;

nº 962/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita sejam encaminhados à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais – OAB-MG – pedido de providências para que seja averiguada eventual conduta irregular por parte do Sr. Nicodemus Evaristo Cordeiro, advogado constituído nos autos do Processo nº 0006148-29.2006.8.13.0697/0697.06.000614-8 e inscrito na OAB-MG sob o nº 32.192, e cópias de documentação referente à ação de reintegração de posse em que figuram como autor Antônio Luiz de Azevedo e outros e como ré a Acesita S.A., de laudo técnico pericial assinado por Cristiany Silva Amaral e Wander Gladson Amaral e do trecho das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão em que consta o relato de Maria de Jesus Luiz de Azevedo;

nº 964/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita sejam encaminhados ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais pedido de providências para que seja averiguada eventual conduta irregular por parte do Sr. Gabriel Alves Barroso, perito oficial nomeado nos autos do Processo nº 0006148-29.2006.8.13.0697/0697.06.000614-8, e cópias de documentação referente à ação de reintegração de posse em que figuram como autor Antônio Luiz de Azevedo e outros e como ré a Acesita S.A., de laudo técnico pericial assinado por Cristiany Silva Amaral e Wander Gladson Amaral e do trecho das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão em que consta o relato de Maria de Jesus Luiz de Azevedo;

nº 965/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a saúde física e emocional dos servidores do Poder Judiciário Estadual;

nº 967/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os fatos envolvendo estudantes e policiais militares, ocorridos durante manifestação, no dia 26/3/2015, em memória do estudante Edson Luiz, assassinado durante a ditadura militar;

nº 968/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, sob a ótica da promoção e defesa dos direitos humanos, o Projeto de Lei Federal nº 6.966/2006, que objetiva a regulamentação da profissão de cuidador;

nº 969/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte com a finalidade de debater a situação dos barraqueiros do entorno do Mineirão e das feiras livres do Município de Belo Horizonte;

nº 970/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à Presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte pedido de providências a fim de que sejam elaborados estudos para a modificação do art. 121 do Código de Posturas do Município, tendo em vista que a exigência de licitação para o funcionamento de feiras tradicionais em logradouros públicos, constante nesse dispositivo, está ameaçando a viabilidade dessas feiras;

nº 971/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que solicitam sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária desta comissão aos convidados presentes nessa reunião e aos representantes dos barraqueiros do Mineirão;

nº 972/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado, ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Minas Gerais, à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte pedido de providências para tombamento das feiras livres nas ruas e praças da cidade e no entorno do Mineirão, qualificando-as como patrimônio cultural imaterial do município e do Estado;

nº 973/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, à Defensoria Pública do Estado e ao Ministério Público do Estado pedido de providências para que seja celebrado termo de ajustamento de conduta com a Concessionária Minas Arena e representantes dos barraqueiros do entorno do Mineirão, com vistas ao retorno dos barraqueiros ao trabalho no entorno do estádio;

nº 974/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à Concessionária Minas Arena e aos representantes dos barraqueiros do entorno do Mineirão pedido de providências para que seja celebrado termo de ajustamento de conduta com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Defensoria Pública do Estado e o Ministério Público, com vistas ao retorno dos barraqueiros ao trabalho no entorno do estádio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

Cristiano Silveira, presidente - Carlos Pimenta - Durval Ângelo.



## MATÉRIA VOTADA

### MATÉRIA VOTADA NA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 8/2015, do procurador-geral de Justiça, na forma do Substitutivo nº 1.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 200/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao comandante da 2ª Região da Polícia Militar de Betim pedido de informações sobre a quantidade de máquinas de caça-níquel apreendidas nos últimos 12 meses e sobre o número de Reds dessas apreensões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 212/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre a concessão do Sistema BRT-Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de envio de cópia do contrato da referida concessão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 3/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues para o cargo de presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 4/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Renato Fraga Valentim para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 5/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Evaldo Ferreira Vilela para o cargo de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 1/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Jorge Raimundo Nahas para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

**2ª Fase****(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 23/4/2015****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Audiência pública para debater as providências cabíveis quanto às mudanças adotadas pelas operadoras de telefonia móvel para o bloqueio do acesso à internet pelos clientes de planos pós-pagos e pré-pagos que atingem a franquia mensal contratada.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 23/4/2015****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Audiência pública para debater o andamento das obras e a previsão para a conclusão do Complexo Cidade das Águas, com a instalação dos laboratórios de alta complexidade.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/4/2015****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/4/2015****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/4/2015****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública, soluções viáveis para o impasse criado pela adoção de procedimentos irregulares no registro de pessoas jurídicas no cartório da Comarca de São Francisco; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

João Magalhães, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a audiência pública a ser realizada em 23/4/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater as condições de atendimento do Centro de Referência da Pessoa Idosa, em espaço conhecido como "Tancredão", em Belo Horizonte, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Fred Costa, presidente.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2015

Nos termos regimentais, convoco os deputados Thiago Cota, Durval Ângelo, Gustavo Corrêa e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2015 e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 8/2015

#### Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Relatório

De autoria do procurador-geral de Justiça, o projeto de lei em epígrafe fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Aprovado no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, retorna a matéria a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 189, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Em obediência ao § 1º do referido art. 189, transcrevemos, no final deste parecer, a redação do vencido, que o integra.

#### Fundamentação

A proposição sob análise pretende, em seu art. 1º, efetuar a revisão anual, a partir de maio de 2014, dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG - mediante a aplicação do índice de 6,0%, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República.

Em virtude da aplicação desse índice, o padrão inicial da tabela de escalonamento vertical de vencimentos passa a ser de R\$1.052,85, não se aplicando essa revisão ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal e que sejam reajustados na forma prevista do § 8º do mesmo artigo.

No 1º turno, o projeto foi aprovado na forma do Substitutivo nº 1, que a Comissão de Administração Pública apresentou com vistas a adequar o texto à técnica legislativa.

No que tange à análise do aspecto financeiro e orçamentário, competência desta comissão, cabe destacar que o projeto em tela implica criação de despesas de caráter continuado para o erário, estando, portanto, condicionado aos limites constitucionais e legais.

Segundo o inciso II do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, a geração de despesas será acompanhada de declaração do ordenador de despesa afirmando que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. O § 1º do art. 17 da mesma lei estabelece que os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado, como é o caso das despesas com pessoal, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. Porém, o § 6º do referido artigo excepciona o reajustamento de remuneração de pessoal, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição da República, do cumprimento dessa exigência.

O art. 20, II, "d", da LRF estabelece que a despesa total com pessoal do Ministério Público Estadual não poderá exceder o percentual de 2% da receita corrente líquida - RCL. Ademais, o parágrafo único do art. 22 estabelece um limite prudencial de 95% do limite total, ou seja, 1,9%, a partir do qual medidas corretivas deverão ser adotadas para evitar que o limite máximo seja atingido.

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal - RGF - publicado pelo MPMG em 30/1/2015, as despesas com pessoal do referido órgão concernentes ao 3º quadrimestre de 2014 se encontram abaixo do limite prudencial. Para a análise do impacto financeiro da proposta, somou-se o valor da repercussão orçamentária informada pelo MPMG quando da apreciação do Projeto de Lei nº 5.165/2014, que deu origem à proposição em estudo, qual seja, R\$17.465.589,00 com o valor da despesa com pessoal constante no RGF e dividiu-se pelo total da RCL prevista em 2014 no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, publicado em 30 de janeiro de 2015. O resultado demonstra que o percentual das despesas com pessoal ainda permanecerá abaixo do limite prudencial.

Destaque-se, ainda, que a proposição em tela atende também ao disposto no art. 169, II, da Constituição Federal, que vincula a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a autorização específica na LDO, que já concede essa autorização em seu art. 14.

Por fim, ressaltamos que, por força do art. 169, § 1º, I, da Constituição da República, a aplicação da proposta em análise está condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente para atender às despesas dela decorrentes.

Cumprido ressaltar que o percentual previsto, no Projeto de Lei 5.497/2014 (Projeto de Lei Orçamentária Anual), para as despesas de pessoal do Ministério Público no ano de 2015 é de 1,84%, sendo o limite prudencial de 1,9% e o limite máximo de 2%. Caso esses limites sejam ultrapassados, faz-se necessária a adoção de medidas corretivas, conforme determinação da LRF.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 8/2015 na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Tito Torres, relator - Vanderlei Miranda - Agostinho Patrus Filho - Elismar Prado.

## PROJETO DE LEI Nº 8/2015

### (Redação do Vencido)

Fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado referente ao ano de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O valor dos multiplicadores a que se refere o item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 30 de dezembro de 1999, que contém a Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado, modificado pela Lei nº 20.982, de 20 de novembro de 2013, fica reajustado, a partir de 1º de maio de 2014, em 6% (seis por cento), nos termos do art. 37, X, da Constituição da República.

Parágrafo único - Em virtude da aplicação do índice previsto no *caput*, o quadro de multiplicadores da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos constante no item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 1999, modificado pela Lei nº 20.982, de 2013, passa a vigorar na forma do Anexo desta lei.

Art. 2º - O disposto nesta lei não se aplica ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição da República e sejam reajustados na forma prevista no § 8º do mesmo artigo.

Art. 3º - A implementação do disposto nesta lei observará o previsto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## ANEXO

(a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei nº , de de de 2015)

### “ANEXO IV

(a que se refere o art. 9º da Lei nº 13.436, de 30 de dezembro de 1999)

#### Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos

(...)

IV.2 - Multiplicadores

Padrão	Valor
MP-01 ao MP-44	R\$ 1.052,85
MP-45 ao MP-60	R\$ 1.035,73
MP-61 ao MP-79	R\$ 1.020,03
MP-80 ao MP-98	R\$ 995,79”



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 14/4/2015

O deputado Professor Neivaldo - Boa tarde a todas e a todos; boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Cumprimento também o nosso excelentíssimo presidente.

Essa minha primeira fala é realmente para agradecimento e compromisso. Tomei posse na última quinta-feira. Naquele momento, não tive oportunidade de utilizar a tribuna e hoje gostaria de fazê-lo. Gostaria de dizer que é um prazer estar fazendo parte desta equipe.

Em especial, gostaria de cumprimentar minhas companheiras e meus companheiros do PT. Estão aqui as deputadas Geisa Teixeira e Cristina Corrêa. É um prazer. Quero também cumprimentar as cidadãs e os cidadãos presentes no Plenário nesta tarde.

Venho de Uberlândia, do Triângulo Mineiro, lugar em que participei de duas eleições vitoriosas para vereador. Acredito também que, nesse período em que estive em Uberlândia, contribuí com minha cidade e quero continuar contribuindo com aquela cidade e aquela região. Participei, pela primeira vez, de uma campanha a deputado estadual, em que me submeti ao crivo das urnas. Foi uma campanha difícil, corrida, cheia de limitações, como deve ter sido para todas e para todos, na qual obtive 29.377 votos que me fizeram o 5º suplente na nossa composição. Estou aqui hoje ocupando, na 5ª suplência, o cargo de deputado.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por esta oportunidade. Acredito, confio que tudo é realizado de acordo com a vontade de Deus, que me tem feito, na minha trajetória de vida, realmente uma pessoa vitoriosa. Um menino que saiu da roça, do interior de São Paulo,



filho de uma viúva com cinco filhos, semianalfabeta, que teve toda a experiência de pobreza numa usina de açúcar. Depois fui vereador numa cidade do porte de Uberlândia, o segundo maior colégio eleitoral do Estado, e agora sou deputado estadual. Agradeço muito também ao Sind-UTE. Sou professor da rede estadual e acredito que a base de formação para a minha militância vem do sindicato dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais. Quero também agradecer aos amigos que me acompanham há mais de vinte anos. Fui presidente do Sind-UTE por três mandatos e vereador por dois mandatos. Enfim, não fazemos essa trajetória sozinhos, fazemos com amigos, com companheiros, com políticos que nos apadrinham. Quero lembrar o prefeito Gilmar Machado, que acompanho desde 1991, desde quando, pela primeira vez, pus os pés numa escola estadual. Logo depois, no mesmo dia, filiei-me ao Sind-UTE.

Quero aqui agradecer também aos meus amigos, a minha equipe, aos meus assessores, aos servidores da Câmara Municipal de Uberlândia, às vereadoras e aos vereadores de Uberlândia, que, de alguma forma, ajudaram no meu crescimento. Faço um agradecimento à minha família, que, realmente - e acho que isso é unânime -, é o nosso sustentáculo.

Sem a família para nos apoiar não vamos a lugar algum. Mais uma vez, agradeço ao prefeito Gilmar Machado. Tive a oportunidade de ser líder nos seus dois primeiros anos de governo. Atualmente, estava na presidência da câmara municipal. Alguns acham que fiz uma loucura ao deixar de ser presidente da segunda maior câmara do Estado de Minas Gerais para ser deputado suplente. Mas temos de fazer escolhas. Neste momento, agradeço aos 29.377 mineiros e mineiras que me apoiaram no último dia 5/10/2014. Foi em nome desses 29 mil que eu fiz a opção de estar nesta Casa.

Acredito que seja adequado delinear meus posicionamentos políticos, em respeito e honestidade aos meus pares e ao povo de Minas Gerais. Cresci muito nos últimos anos, na função de líder do governo Gilmar Machado, na câmara dos vereadores e, posteriormente, como presidente da câmara de uma das maiores cidades do Estado - ou melhor, a 2ª maior. Logo, hoje posso afirmar que entendo um pouco sobre o que é ser sindicalista e sobre o que é ser governo: já estive dos dois lados da mesa, senti as agruras e dificuldades peculiares de cada função.

O que os trabalhadores e as trabalhadoras em educação, além dos milhões de cidadãos mineiros diretamente interessados nas políticas educacionais, podem esperar do deputado estadual Professor Neivaldo? Podem esperar um deputado humilde, que escuta muito mais do que fala, que se esforça para acompanhar de perto a realidade daqueles que representa. Podem esperar um deputado maduro e honesto o suficiente para saber que, sozinho, nunca será um salvador da pátria, mas que almeja ser um instrumento de mediação entre o povo mineiro e os detentores do poder político, sem nunca perder de vista que negociações entre categorias profissionais e o governo envolvem avanços e recuos de ambos os lados. Inclusive já passei por desgastes no que diz respeito a minha imagem parlamentar por conta da excessiva e justificada expectativa que a categoria da educação deposita em seus mandatários. Mas não posso me curvar às facilidades discursivas moralmente questionáveis, como a defesa de soluções administrativas manifestamente contrárias à Constituição e às normas infraconstitucionais, jogando com a vida de pessoas sérias simplesmente para ouvir aplausos e congratulações. Quero poder realizar meu trabalho e continuar olhando nos olhos desses trabalhadores e trabalhadoras, mesmo que eles não se contentem com o que ouvirão.

Trabalhadores e trabalhadoras em educação, podem contar com um parlamentar que trabalha sempre para a manutenção ou ampliação de direitos, e nunca para a perda destes. Com um parlamentar comprometido com a defesa intransigente do piso salarial nacional e do custo aluno qualidade compatível com as necessidades educacionais atuais; na luta pela destinação eficiente dos *royalties* do pré-sal e do PIB na educação mineira; pela perspectiva de combate a todos os tipos de opressão no processo educacional formal e informal, infelizmente ainda muito presentes em nossa realidade; na luta por postos de atendimento na região do Triângulo Mineiro para perícias e outros atendimentos aos servidores públicos estaduais; no esforço pela reformulação coletiva da política pedagógica e avaliativa da rede estadual de ensino; na profissionalização dos trabalhadores em educação não docentes - ATB, ASB, ASG e auxiliares administrativos; na luta pela democratização dos conselhos de educação municipais e estaduais; e principalmente - fica aqui o meu repúdio oficial ao PL nº 4.330, recém-aprovado na Câmara dos Deputados - no combate contra a terceirização, cada vez mais iminente, no setor público.

Podem esperar na área da saúde um defensor da atenção básica à saúde, com maior financiamento do Estado para a ampliação de unidades saúde da família, com a construção de unidades, reformas e aquisição de equipamentos, principalmente nas comunidades mais pobres e nos assentamentos rurais e urbanos, e apoio à regionalização da saúde; um defensor da criação de estrutura de comunicação no Estado e nos municípios que leve as questões da saúde e seus encaminhamentos ao conjunto da sociedade; um proponente para a implementação da Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares, com a utilização das plantas como tratamento e prevenção de doenças na rede SUS, valorizando o conhecimento popular; um ator na luta pela implementação da saúde escolar em todas as escolas e pela implantação do centro de especialidades odontológicas e unidades móveis de atendimento básico em odontologia para atenção à população da periferia urbana e à população rural como forma de apoio ao programa Brasil Sorridente.

Podem esperar um defensor da importância das políticas afirmativas atuais e de sua expansão, da educação superior nas instituições públicas, do financiamento e da assistência estudantil, das bolsas de estudos e do transporte escolar; um parlamentar comprometido com a linguagem e com as necessidades de nossa juventude, principalmente dos jovens negros, dos jovens do campo, dos indígenas e dos jovens com deficiência; um parlamentar defensor da liberdade de organização dos estudantes e da sua participação efetiva para a gestão democrática das escolas e universidades; um parlamentar que trabalhará pela capacitação de profissionais da área, professores e assistentes sociais no trato com temas e situações relativas à saúde sexual, uso de álcool, tabaco e outras drogas, como esteroides anabolizantes e, especialmente, o *crack*.

Um parlamentar que combaterá a discriminação por etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade, orientação sexual, idioma, religião, opinião, condição social ou econômica; alguém que lutará para que todos os jovens mineiros e as jovens mineiras recebam tratamento igualitário, independentemente de sua diversidade.

Podem esperar um trabalhador em prol do acesso à profissionalização, ao trabalho e à renda, em condições de liberdade, equidade e segurança, não a qualquer emprego, mas sim àquele adequadamente remunerado e com proteção social. Um promotor das formas



coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação. Um incentivador do trabalhador rural familiar e dos empreendimentos familiares rurais. Um incentivador da formação e da qualificação profissional aos cidadãos mineiros com deficiência.

Enfim, agradeço a paciência de V. Exas., agradeço a toda a equipe e aos funcionários da Assembleia Legislativa, que me receberam de forma muito cordial. Espero realizar um trabalho relevante para esta Casa e para o povo da região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas e de toda Minas Gerais; para todos os trabalhadores, funcionários públicos, em especial os trabalhadores e trabalhadoras da educação; e que atenda ao interesse público, de maneira geral. Boa tarde. Muito obrigado. Mais uma vez agradeço ao presidente por esta oportunidade.

O deputado Bosco\* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, caros deputados e deputadas, público que nos honra com sua presença nas galerias da Assembleia. Quero fazer aqui também uma saudação especial aos telespectadores que nos acompanham por meio da transmissão da TV Assembleia.

Caro presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, finalmente acendeu-se uma luz no final do túnel. Vivenciamos em Minas Gerais, há mais de oito meses, ou seja, desde o ano passado, uma operação-padrão da Semad, a Secretaria de Meio Ambiente. E essa operação-padrão, deputada Ione Pinheiro, resultou em prejuízos incalculáveis para o desenvolvimento de Minas Gerais. Foram diversas, inúmeras empresas, que deixaram de se instalar em Minas Gerais e outras que promoveram o estudo para verificar a viabilidade de instalação de seus negócios em Minas, mas não se instalaram no decorrer dos últimos oito meses, justamente em virtude dessa operação-padrão.

Não queremos aqui, caro deputado e companheiro do PTdoB, Fábio de Avelar, culpar quem quer que seja, porque, de um lado sabemos que o governo também na gestão passada tinha lá suas dificuldades. E, por outro lado, os servidores da Semad, os técnicos também têm suas razões, por questões de pleitos de aumento salarial, de progressão de carreira, dentre outras questões. Respeitamos esses servidores, mas, a bem da verdade, quem ficou no prejuízo foram, sem dúvida alguma, os mineiros e as mineiras e, sobretudo, o Estado de Minas Gerais, que deixou de receber importantes investimentos, deixou de ter a geração de milhares e milhares de empregos em todas as suas regiões, por falta de um licenciamento ambiental, que é uma coisa simples e uma questão importante para os empresários que estão aqui edificando e projetando os seus negócios.

Sabemos que, preocupado com essa questão, o governador Pimentel tomou uma atitude. Inclusive quero nesta oportunidade cumprimentá-lo, bem como a sua equipe de governo. Ele teve a coragem e a hombridade de chamar esses servidores, juntamente com o secretário de Meio Ambiente, que é o nosso colega, o deputado estadual licenciado Sávio Souza Cruz, e diante de toda essa situação, diante desse apagão em Minas Gerais em relação à questão ambiental tomar uma atitude corajosa. Promoveu uma força-tarefa em conjunto com diversas secretarias e segmentos do governo, a fim de que uma atitude fosse tomada para que esses processos de licenciamentos ambientais que estavam engavetados ou andando a passos de tartaruga, há meses e meses, emperrando e dificultando o desenvolvimento de Minas Gerais, pudessem, sim, ter uma sinalização positiva. E essa força-tarefa implementada pelo governador Pimentel possibilitou uma negociação com o sindicato da classe. Daí, resultou em um decreto do governo do Estado, colocando fim à operação dos servidores da Semad.

Positivamente nos manifestamos aqui por este ato, mas lamentamos por tudo aquilo que Minas Gerais sofreu de prejuízos em decorrência dessa operação-padrão, que durou mais de oito meses, repito. Também repito que foram inúmeras, dezenas, centenas de empresas que deixaram de aqui instalar os seus negócios.

Caro deputado João Vítor Xavier, só em termos de licenciamento, há mais de três mil processos parados nas mais diversas regiões do Estado, desde um simples licenciamento de um pequeno produtor rural a uma mega empresa em Minas Gerais. Só em termos de outorgas, são mais de quatorze mil processos parados. Isso é uma calamidade. Sem dúvida alguma, é a contramão da história com relação aos outros estados da Federação, que estão lutando, empenhando-se, trabalhando e disputando a instalação de novos empreendimentos. E Minas Gerais teve esse impactante momento, com essa operação-padrão. Agora queremos crer que, com essa ação do governador, com a ação do secretário de Meio Ambiente, Sávio Souza Cruz, poderemos, sim, e de fato, ter o final dessa operação-padrão. Que esses servidores possam voltar às suas atividades normais, e, sobretudo, trabalhar com amor e dedicação, para que possamos resgatar o tempo perdido, o que não será fácil.

Concedo um aparte, com prazer, ao amigo deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* - Caro companheiro, deputado Bosco, primeiro quero cumprimentar V. Exa. pelo brilhantismo do tema que traz a este Plenário. Se me permite, gostaria apenas de dar uma pequena informação. Em vez de operação-padrão, deveríamos colocar operação-tartaruga, porque operação-padrão dá a impressão de que é um trabalho que está sendo esmerado para ser bem feito, quando é o contrário: o esmero é para não fazer, para que o trabalho não aconteça. E esse não é o espírito do serviço público, não é o espírito do servidor público de Minas Gerais. Quero dar o exemplo dos profissionais desta Casa, da equipe técnica desta Assembleia Legislativa, profissionais concursados, profissionais de carreira, profissionais de recrutamento amplo. Há aqui centenas de servidores que não medem dia, hora, momento para se dedicar à causa pública. O serviço público é isto, acima de tudo um sacerdócio. É a vontade de servir ao próximo, de ajudar o próximo. É a vontade de fazer aquilo que é de todos funcionar da melhor maneira e para todos. E não é o que estamos vendo acontecer dentro da Secretaria de Meio Ambiente.

Quero colocar, com muita lisura e clareza, que hoje sou do bloco de oposição, mas não considero isso um problema de governo, mas um problema de Estado. Solidarizo-me com o secretário Sávio Souza Cruz, nosso colega nesta Casa, pelo que está passando na secretaria hoje. Claro que, durante muito tempo, vimos, de maneira irresponsável, aqueles que eram da oposição no governo passado tratando isso apenas como um problema de governo. E hoje percebem na carne, não só nesse ponto, mas em diversos outros, que esse não é um problema de governo, é um problema de Estado. Governos mudam, o Estado fica, e o Estado é de todos. Isso tem que ser tratado e encarado com responsabilidade. É preciso que o Ministério Público se posicione a respeito dessa situação; é preciso que o Judiciário do Estado de Minas Gerais se posicione a respeito dessa pauta, porque, acima de tudo, é inadmissível e inaceitável que o progresso e a arrecadação do Estado sejam impactados e fiquem obstruídos por uma ação de poucos, que paralisa aquilo que é do



alcance e da ação de muitos. Esse não é um problema de governo, é um problema de Estado, e todos juntos temos que trilhar o mesmo caminho para que haja uma solução. Sem hipocrisia, sem demagogia, com serenidade e responsabilidade. Porque milhares de empresários, geradores de empregos, geradores de divisas no Estado estão prejudicados. E milhares de profissionais, num momento de crise como este em que o País está mergulhado, já poderiam estar trabalhando em novos postos de emprego e não estão por uma absoluta irresponsabilidade de um grupo pequeno de servidores, que está impactando, de maneira brutal, o andamento e o progresso do Estado de Minas Gerais.

Parabéns a V. Exa., que, como sempre, com o espírito de vanguarda que tem, traz um assunto dessa importância para debate nesta Casa. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Bosco\* - Sou eu quem agradeço ao amigo deputado João Vítor Xavier. Quero dizer, João Vítor, que temos sofrido isso na pele e assistido a essa situação constantemente em todas as regiões do Estado.

Quero trazer um exemplo da minha região, Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro. Havia uma empresa que pretendia - e estamos lutando para que ela continue com o seu projeto - se instalar em Minas Gerais. É uma empresa beneficiadora de batatas pré-fritas; uma empresa que quer fazer um investimento em Minas Gerais de mais de R\$200.000.000,00, com a expectativa de mais de 500 empregos diretos e 1.500 indiretos. Essa empresa, a Bem Brasil, esteve na iminência de instalar no Estado de Goiás, caro presidente, a sua segunda fábrica - a primeira está em Araxá. Essa empresa esteve na iminência de ir para o Estado de Goiás, a convite do governo desse estado. Desde o ano passado, travamos uma luta juntamente com os empresários e o prefeito de Perdiz, para que essa empresa pudesse se instalar no Município de Perdiz, no Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro, e não no Estado de Goiás. Lutamos muito na gestão passada, até que conseguimos, por intermédio do governo, numa parceria com a Cemig, a garantia de energia suficiente no Município de Perdiz para que essa empresa pudesse se instalar ali. Foi um trabalho longo, que demandou inúmeras conversas e reuniões. Mas obtivemos êxito, e a Cemig está promovendo, na região, um projeto, em que será construída uma linha de transmissão de nova Ponte à Perdiz, de mais de 50km, com um custo superior a R\$20.000.000,00. Boa parte desses recursos será patrocinada pela Cemig e uma contrapartida pelo empresário da Bem Brasil. Essa questão da energia foi resolvida no ano passado. Faltava, agora, o licenciamento ambiental, e eis a grande dificuldade. Passaram-se praticamente oito meses e, até agora, esse empresário não conseguiu o licenciamento, mesmo tendo cumprido todo o rito, todas as exigências, tudo que determina a Supram e o Copam, colocando em risco o projeto desse investimento tão importante para Minas Gerais. Ele também dependerá de parte de recursos dos bancos públicos, que só financiam esses projetos a partir do momento em que forem licenciados ambientalmente. Esse é o grande entrave dessa questão da operação-padrão.

Finalmente e felizmente, caro deputado Celinho do Sintrocel, por meio dessa ação do governador, dessa ação conjunta da Secretaria de Meio Ambiente, do secretário Sávio e de outro secretário desse governo, uma luz se acendeu no fim do túnel. Acreditamos - e torcemos - não só como deputados, mas também como mineiros, que essa operação termine, acabe de vez e que os servidores dessa tão importante área, desse tão importante segmento possam abraçar com denodo a missão de recuperar o tempo perdido. Com certeza, foram inúmeros prejuízos, e, se a atitude não for tomada de forma urgente e emergencial, vamos continuar conferindo prejuízos enormes para Minas Gerais, deixando de gerar inúmeros empregos e, é claro, um aumento significativo na receita do Estado, quando ele precisa tanto do aumento das suas receitas. Era isso, Sr. Presidente, o que queríamos expor.

Quero cumprimentar também a Comissão de Meio Ambiente desta Casa, que esteve reunida, na última sexta-feira, com o secretário de Meio Ambiente, tratando também desse assunto, demonstrando a preocupação da Assembleia, da comissão e de todos os deputados em relação a essa questão ambiental, a essa operação-padrão, que, agora, se Deus quiser, deixa de existir.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/4/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva**

exonerando Leonardo da Silva do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;  
nomeando Giancarlo Ferreira dos Reis para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Deiró Marra**

nomeando Lara Aparecida Pansani para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Ivair Nogueira**

nomeando Débora Ariana de Castro Pinto Ozório para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Paulo Lamac**

nomeando Juliana Viegas Guimaraes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda**

exonerando Rebeca Sâmela Mendes Terrinha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;  
nomeando Rebeca Sâmela Mendes Terrinha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.



Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou o seguinte ato:

nomeando Márcia Maria de Paiva Borges Martini para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Déborah Ferreira Rocha Sousa para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Déborah Ferreira Rocha Sousa do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

exonerando Márcia Maria de Paiva Borges Martini do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando José Eduardo Nunes de Souza para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

## AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015

#### NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 30/2015

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/5/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação do serviço de transporte aéreo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

### TERMO DE CONTRATO Nº 17/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tita Eventos Eireli - EPP. Objeto: fornecimento de lanches. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 2/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



## ERRATAS

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/4/2015, na pág. 40, onde se lê:

“Lucas Dela Rodrigo Alves Pereira”, leia-se:

“Rodrigo Alves Pereira”.

### ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/4/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/4/2015, na pág. 23, sob o título “REQUERIMENTOS”, no resumo do Requerimento nº 458/2015, onde se lê:

“deste parlamentar”, leia-se:

“do deputado Sargento Rodrigues”.